

## O NAPNE COMO FACILITADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CAMPUS MURICI EM FOCO

Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  
*Instituto Federal de Alagoas – [rafaellagraciliano@hotmail.com](mailto:rafaellagraciliano@hotmail.com)*  
Géssika Cecília Carvalho  
*Instituto Federal de Alagoas – [gessikacecilia@hotmail.com](mailto:gessikacecilia@hotmail.com)*

### RESUMO

A inclusão é um desafio para todos os Institutos Federais, e no Campus Murici a realidade não é diferente. Desde sua implantação no campus, houve inúmeras discussões e debates com os servidores, com o intuito de apresentar o NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas e conversar sobre suas futuras ações. Assim, este trabalho objetiva analisar o processo de inclusão no IFAL campus Murici, através da criação e da atuação do NAPNE. A pesquisa foi classificada como exploratória-explicativa, com exposição de práticas de políticas inclusivas que irão propiciar a compreensão de como tem se dado o processo de inclusão no Campus-Murici a partir da divulgação de ações do NAPNE Murici no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Analisando as ações desenvolvidas pelo NAPNE, vinculadas aos pressupostos do TEC NEP (MEC/SETEC), pudemos perceber que tais ações atendem ao preconizado pelo Programa TEC NEP ao promover a inclusão educacional partindo de uma visão humanística na busca do respeito à cidadania. Em se tratando das conquistas e avanços no referente ao processo de inclusão no IFAL Campus Murici, consideramos que o NAPNE é um divisor de águas. Esse órgão tornou-se um espaço aberto à ampliação de ações que envolvam a valorização da diversidade. Nessa perspectiva, esse relato de pesquisa promoveu uma reflexão acerca da atuação do NAPNE e dos envolvidos nesse processo educativo, na expectativa da contribuição para o repensar e o ressignificar das práticas inclusivas na educação profissional tecnológica em meio à educação brasileira.

Palavras-chave: Inclusão. NAPNE. Políticas inclusivas.

### INTRODUÇÃO

A inclusão é um desafio para todos os Institutos Federais, e no Campus Murici a realidade não é diferente. Desde sua implantação no campus, houve inúmeras discussões e debates com os servidores, com o intuito de apresentar o NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas e conversar sobre suas futuras ações. Nesse contexto foi possível perceber nas expressões dos servidores as preocupações quanto à inclusão dos alunos com deficiência no Instituto. Na ocasião, já tinha alunos com deficiência incluídos, mas naquele exato momento algumas barreiras à implantação desse processo, de maneira mais efetiva através do NAPNE, foram impostas. Contudo, foi unânime a certeza de que é inadiável tratar dessas questões, pois a inclusão dos alunos com deficiência na escola é uma realidade e precisa ser pensada em conjunto com a comunidade escolar.

Sobre isso, Costa (2011, p. 36), discorre:

O ambiente educacional precisa de maneira urgente colocar-se frente a essa nova realidade, entendemos que o processo acontecerá de forma gradativa e lentamente, porém o mais importante é que vamos sentindo aos poucos essa mudança. Precisamos promover ações que atendam e garantam o processo de aprendizagem do aluno.

O governo federal, através de políticas públicas voltadas à Educação Profissional, tem formulado e implementado programas educacionais inclusivos que buscam diversificar o desenvolvimento de ações de caráter social e que favoreçam o acesso à modalidade de ensino profissionalizante. O INEP (2008), ao enfatizar os pressupostos que acompanham a expansão da rede federal profissional, no VIII Simpósio da série Educação Superior em Debate, destacou: “queremos uma educação plena que inclua em seu olhar e em suas temáticas - afrodescendentes, indígenas, mulheres, populações ribeirinhas, pescadores, marisqueiras, portadores de necessidades especiais” (**grifo nosso**). Tais pressupostos articulam-se na perspectiva da construção de uma política pública de educação profissional e tecnológica para o Estado brasileiro.

Relacionamos alguns dos programas governamentais de cunho sócio educacional que visam a formação na Educação Profissional. Entre eles, encontramos: O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); O Programa e-TEC BRASIL - Educação Profissional a Distância; O Programa Mulheres Mil; O Programa Brasil Profissionalizado e destacamos, nesse contexto, em meio a essa política pública do MEC, sua ação através do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - TEC NEP.

O TEC NEP, ao ser instituído em junho no ano 2000, estava vinculado à SETEC e à Secretaria de Educação Especial - SEESP, do Ministério da Educação. Esse órgão se propõe a consolidar os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, ao visar o acesso desses alunos aos cursos regulares dos Institutos Federais, como também à sua permanência na escola e à inserção com sucesso no mercado de trabalho (MEC/SETEC, 2006). Como parte da construção da política da educação inclusiva, suas atividades também estão relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Na ampliação dos espaços educativos inclusivos, conforme o proposto pelo TEC NEP, entre outros aspectos, consta no novo Estatuto dos Institutos Federais (Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2009), a adoção da educação inclusiva no ensino profissional. De acordo com a SETEC (2010), a abertura desses espaços se dá pautado no projeto do NAPNE, que devem fazer parte da estrutura organizacional dos Institutos Federais por todo o país. Considerando que, ao observar a Portaria nº 29/2010 no Art. 3º, os Grupos Gestores do TEC NEP a nível Central, Regional e Estadual, podem

contar com o assessoramento técnico dos Núcleos e de outros especialistas necessários à construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP), embasado na “educação para a convivência”. A “educação para a convivência”, defendida pelos NAPNEs em cada campus dos Institutos Federais, busca desenvolver uma prática educativa que leve à inclusão dos alunos com Necessidades Específicas perante a sociedade, ou seja, que haja um ambiente natural de convívio envolvendo a participação de todos os alunos, seus pais e/ou responsáveis, a comunidade escolar e, por fim, a comunidade em geral.

Nos objetivos do NAPNE, além da cultura da “educação para a convivência”, estava a aceitação da diversidade, na busca da quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, ao criar parcerias e articulações com a comunidade civil e escolar, ao buscar articular e envolver sociólogos, psicólogos, supervisores, orientadores educacionais, técnico-administrativos, docentes, discentes e pais. (MEC/SETEC, 2010).

Os valores do NAPNE foram adaptados da Declaração de Salamanca (1994), valores de uma escola inclusiva universal e para todos. Vejamos:

Toda pessoa tem direito fundamental à educação com oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; As características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas; Os sistemas e os programas educacionais devem considerar a diversidade de tais características e necessidades; Pedagogia centrada no aluno com necessidades educacionais especiais no acesso à escola regular; Escolas regulares com meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias ao criar comunidades acolhedoras numa sociedade inclusiva com alcance da educação para todos.

Sobre o processo de implantação do NAPNE em Alagoas, as discussões tiveram início no ano de 2012. O IFAL estava em pleno processo de expansão e foi instituída, sob orientação da SETEC, uma comissão para elaboração da Resolução<sup>1</sup> Interna que legalizasse o NAPNE. Na ocasião, poucos campus foram representados nesta comissão, mas o Campus Murici esteve presente na elaboração desse documento com a presença da Assistente Social e da Pedagoga.

Para o funcionamento do NAPNE, a sistemática constitui-se a princípio de um coordenador e um vice-coordenador. A função do Coordenador do NAPNE é articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dos alunos com NEE, definindo as prioridades e todo material didático pedagógico a ser utilizado. Além de gerenciar a assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias com instituições/organizações que ministram educação

---

<sup>1</sup> Resolução N°45/CS, de 22 de dezembro de 2014 no Instituto Federal de Alagoas - IFAL e tem a finalidade de incentivar, mediar e facilitar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades específicas.

profissional para alunos com NEE, órgãos públicos e outros afins cuidam também da divulgação de informações, eventos, etc. (MEC/SETEC, 2010).

Os componentes do NAPNE têm como função subsidiar o Coordenador do Núcleo em suas atividades, bem como sugerir ideias, apresentar demandas e propostas, além de solicitarem adaptações que garantam o acesso e a permanência do aluno com NEE e facilite seu encaminhamento ao mundo do trabalho, participando também de todo o planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE. (MEC/SETEC, 2010).

Entendemos que o NAPNE, ao ser parte do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização (TEC NEP) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) e ao ter uma política pública educacional inclusiva, que busca a melhoria do atendimento aos alunos com NEE, proporcione inúmeras possibilidades de uma movimentação interna no Campus Murici tanto no âmbito de ensino como de pesquisa e extensão.

Acreditamos que para a efetivação de uma escola inclusiva, necessita-se de uma política inclusiva de qualidade, onde as oportunidades sejam as mesmas para todos, que atenda aos alunos sem nenhum tipo de discriminação e as diferenças sejam valorizadas. Se estamos certos que a escola existe para promover educação para todos, através de condições favoráveis, onde a aprendizagem seja permitida sem obstáculo algum e de forma justa e igualitária a todos os alunos, temos que encontrar meios para a realização desse objetivo. Em meio a debates em grupo e estudos sobre relatos de experiências de docentes e alunos com deficiência, verificamos que as modificações e adequações necessárias mais importantes nesse processo dizem respeito a questões atitudinais, que envolvem não apenas os alunos com deficiência, mas aos seus pares sem deficiência, seus familiares e principalmente os professores, que são peças fundamentais para o sucesso do processo de inclusão.

É certo que por vezes observam-se um comodismo entre alguns servidores, o que de fato incomoda aqueles que já abraçaram a causa e que se dispõem a contribuir com o que for possível. Mas é certo também que essa inquietação só tem a favorecer o processo de inclusão. O desafio dos componentes do NAPNE é promover a mudança de “Atitude” que todos os envolvidos com a educação precisam ter diante do processo de inclusão, que para ser efetivado depende de todos. Enquanto NAPNE precisa-se despertar na comunidade escolar um olhar para as possibilidades e não apenas para as limitações, ou seja, a missão é direcionar o olhar de todos para a educação inclusiva. Assim, este trabalho objetiva analisar o processo de inclusão no IFAL campus Murici, através da criação e da atuação do NAPNE.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi classificada como exploratória-explicativa, com exposição de práticas de políticas inclusivas que irão propiciar a compreensão de como tem se dado o processo de inclusão no Campus-Murici a partir da divulgação de ações do NAPNE Murici no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, Gil (2008) garante que a dimensão exploratória e explicativa de um estudo é fundamental, pois tem como preocupação central destacar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Em virtude da natureza ‘diferenciada’ desse estudo e dos objetivos a serem alcançados, utilizamos o método de relato de experiência. Com isso, conseguimos ampliar os olhares para o processo de inclusão nos Institutos Federais de Ensino, o que possibilitará, a médio e longo prazo, observações sistemáticas que certamente oportunizarão a práxis.

Consideraremos, para apresentação dos resultados, o período inicial de funcionamento do NAPNE Murici, que se deu após a divulgação da Resolução N°45/CS, de 22 de dezembro de 2014. A priori, o núcleo ainda não tinha sido instituído, não tinha sala e nem componentes determinados. No início de 2015, a Assistente Social e então Coordenadora do NAPNE, durante uma reunião pedagógica, fez a divulgação do núcleo e solicitou a participação dos interessados em compor a equipe para a primeira reunião oficial do núcleo no Campus Murici. Nesse primeiro momento poucos se interessaram, pois ainda não sabiam nada a respeito desse órgão e nem demonstraram interesse em tratar de questões referentes a pessoas com deficiência.

Atualmente, três anos após a realização da primeira reunião, o NAPNE Murici já possui uma sala própria e uma equipe de trabalho ativa e participativa. Vejamos quem compõe o NAPNE Murici atualmente:

<b>Equipe</b>	<b>Carga horária</b>
Assistente Social ( <u>Coordenadora do Projeto</u> <sup>2</sup> )	6 horas
Docente de Educação Física ( <u>Coordenadora do Projeto</u> )	6 horas
Docente de Sociologia	2 horas
Docente de Filosofia	2 horas
Docente de Língua Portuguesa	2 horas
Docente de Língua Portuguesa	2 horas

<sup>2</sup> A Coordenação do NAPNE convoca os componentes para reuniões ordinárias mensalmente.

Docente de Língua Portuguesa	2 horas
Docente de História	2 horas
Psicóloga	2 horas
Pedagoga	2 horas
Assistente de Alunos	2 horas

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Os professores conhecendo o NAPNE

Os professores ficaram sabendo da existência do NAPNE em uma reunião pedagógica realizada no início do ano letivo de 2015. Na ocasião, foi feito o convite para que os interessados pudessem compor a equipe. Os professores se assustaram com a possibilidade real de receber alunos com deficiência em suas aulas. Não que já não tivessem em seu corpo discente alunos com necessidades específicas, mas muitos professores a partir daquele dia começaram a reconhecê-los ou, no mínimo, a pensar sobre isso. E, de forma unânime, em meio às expressões de medo e aflição, todos solicitaram formação para saber lidar com a temática inclusão, alegando não se sentirem preparados para tal.

Ainda no ano de 2015 foi feito um levantamento de quem eram os alunos com deficiência no Campus Murici e esses dados foram repassados aos professores. Constava: uma aluna com dislexia, dois alunos com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) e dois alunos com visão monocular.

Foi organizado posteriormente um cronograma de formação e a primeira palestra foi a respeito do TDAH. Nesse encontro estavam presentes 80% dos docentes e foi realizada, além da palestra com uma especialista convidada, uma exposição sobre a Resolução nº45/cs, de 22 de dezembro de 2014 e a Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016.

Para atender a todos e atender melhor, os professores precisam quebrar paradigmas, e a tarefa de mudar exige um árduo trabalho de aceitação da nova realidade que se apresenta. Cada escola, ao abraçar esse trabalho, terá de encontrar soluções próprias para os seus problemas. “As mudanças necessárias não acontecem por acaso e nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola, explicitada no seu Projeto Político Pedagógico (PPP) e vivenciada a partir de uma gestão escolar democrática”. (ROPOLI, et. al. 2010, p. 10).

## **Os alunos conhecendo o NAPNE**

Em cada início de ano letivo, na recepção dos alunos no primeiro dia de aula, é feita uma panfletagem entre os alunos de um material produzido pelo NAPNE com o intuito de apresentar o núcleo. Além disso, a equipe do NAPNE tem um espaço para falar com os alunos e mostrar que o NAPNE existe no Campus Murici, que está ativo, onde se encontra, quais os objetivos, quem é o público alvo e por quem é composta a equipe.

O NAPNE, por meio do CRA<sup>3</sup> – Coordenação de Registro Acadêmico, por questões burocráticas, ainda não conseguiu diagnosticar no ato da matrícula quem é o aluno com deficiência e que tipo de necessidade específica ele apresenta. No entanto, os alunos dos primeiros anos recebem um questionário que tem o objetivo de conhecer os alunos que apresentam alguma necessidade específica.

A transformação inicia dentro da escola, com o próprio reconhecimento do aluno com deficiência e dos demais estudantes, que existe um órgão facilitador que irá auxiliar o processo de ensino aprendizagem, pois acredita que uma aprendizagem certamente não irá contemplar a todos. Esse “abraço de causa”, obviamente, estende-se para alunos e suas famílias. Contando com apoio de todos quicá conseguirá se alcançar a equidade.

## **Atuação do NAPNE**

Sensibilização da comunidade escolar quanto à inclusão e os direitos de todos à educação: Além do atendimento e acompanhamento dos alunos com necessidades específicas e demandas das instituições, estão sendo realizadas atividades de cunho inclusivo com o intuito de trazer informação e formação para a comunidade escolar.

Conteúdos inclusivos na disciplina Educação Física: Tem-se trabalhado com os alunos por meio da sensibilização com temáticas ligadas à inclusão e valorização da diversidade, utilizando-se de vídeos, vivências práticas com estratégias para incluir todos os alunos, cada um com suas características, possibilitando a experimentação de modalidades esportivas adaptadas e inclusão destas nos jogos internos.

---

<sup>3</sup> No início de cada período letivo, o NAPNE deverá verificar junto ao CRA a relação dos alunos identificados na matrícula como alunos com necessidades específicas e agendar uma entrevista individual com o aluno; a entrevista deverá levantar o histórico escolar do aluno, conhecer suas potencialidades e os recursos que já utiliza e/ou domina. Sendo necessário, a família também deverá ser entrevistada.

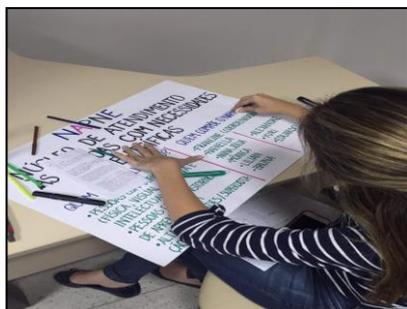
### Vivenciando o voleibol sentado



### Circuito Vendado



### Conhecendo os tipos de deficiência



Cabe salientar que todos os alunos do primeiro ano têm no primeiro dia de aula da disciplina Educação Física uma apresentação sobre o NAPNE. E participam, durante a aula, de atividades e dinâmicas que os fazem refletir sobre a pessoa com deficiência e questões referentes à inclusão no

contexto escolar. E no segundo ano, no primeiro bimestre, tem como conteúdo da disciplina: *Educação Física Adaptada, Educação Física Inclusiva e Esporte Adaptado*, o que lhe possibilita o desenvolvimento de competências para lidar e aceitar a diversidade.

Atividades voltadas à formação de professores e técnicos: Foram realizadas atividades como: vivências de determinadas deficiências e palestras sobre aspectos acerca da inclusão. Tais atividades tiveram a finalidade de transformar o contexto escolar, contribuindo para uma sociedade em que os cidadãos se reconhecem como parte ativa do processo de inclusão.

#### **Formação sobre deficiência visual**



#### **Formação sobre Deficiência Física**



#### **Formação sobre TDAH**



#### **Formação sobre legislação e inclusão**



Recomendação para adaptações para cada necessidade específica: Foram elaborados materiais informativos sobre cada necessidade específica e entregues aos professores de todas as disciplinas de alunos acompanhados pelo Napne. Além disso, a cada bimestre os professores recebem o contato do Napne, através da aplicação de questionário, para consulta a respeito do atendimento que faz a cada aluno com necessidade específica, no que concerne à avaliação e à facilitação da aprendizagem.

Sugestão de aquisições de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos para os alunos com NEE: O Napne Murici ficou responsável pela identificação dos equipamentos necessários para favorecer a inclusão e facilitar o processo de aprendizagem de pessoas com necessidades

específicas. Assim, após esse processo, elaborou o termo de referência para compra de materiais e equipamentos de inclusão para todo o Instituto Federal de Alagoas.

Promoção e apoio à criação de projetos de pesquisa, ensino e extensão na área na inclusão:

Os membros do Napne desenvolvem dois Projetos de Iniciação Científica (PIBIC): ‘Percepção da comunidade escolar sobre a inclusão no Instituto Federal de Alagoas’ e ‘Inclusão no Instituto Federal de Alagoas: percepções das equipes gestoras’. Executam, ainda, um projeto de ensino intitulado ‘Promovendo a inclusão no Instituto Federal de Alagoas: valorização e respeito à diversidade’.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as ações desenvolvidas pelo NAPNE, vinculadas aos pressupostos do TEC NEP (MEC/SETEC), pudemos perceber que tais ações atendem ao preconizado pelo Programa TEC NEP ao promover a inclusão educacional partindo de uma visão humanística na busca do respeito à cidadania.

Em se tratando das conquistas e avanços no referente ao processo de inclusão no IFAL Campus Murici, consideramos que o NAPNE é um divisor de águas. Esse órgão tornou-se um espaço aberto à ampliação de ações que envolvam a valorização da diversidade. O núcleo ainda está no início de seus trabalhos, porém já consegue ser visto por toda a comunidade escolar. Diríamos que para alcançar novos resultados precisam ser planejadas ações cujas práticas estejam articuladas com a comunidade escolar, em particular com os professores, para possibilitar um maior e melhor resultado à proposta do TEC NEC.

Cabe ao NAPNE avaliar continuamente os mecanismos de atuação, divulgar mais efetivamente o Núcleo na perspectiva em atender a um maior número de alunos, como ainda considerar os relatos e as sugestões dos alunos à necessidade dos apoios institucional e a sugestão dos professores à aquisição de bens e equipamentos de tecnologia assistiva. Cabe também ao NAPNE ofertar cursos à comunidade escolar no intuito de eliminar as resistências atitudinais em conformidade com a proposta da equipe do Núcleo.

Ao NAPNE, pertence a atuação no sentido de efetivar os propósitos do TEC NEP, sob o olhar humanístico-sistemático à melhoria do atendimento. É necessário considerar que o atendimento aos alunos com necessidades específicas não é puramente o cumprimento de determinações legais e/ou normativas, mas sim um conjunto de tomadas de decisões que almejam o exercício da plena cidadania desses alunos e da coletividade.

Por fim, esse relato de pesquisa promoveu uma reflexão acerca da atuação do NAPNE e dos envolvidos nesse processo educativo, na expectativa da contribuição para o repensar e o ressignificar das práticas inclusivas na educação profissional tecnológica em meio à educação brasileira. Lançamos a democrática proposta, de expandirmos essa discussão no meio acadêmico e fora dos muros da escola, na perspectiva da troca de saberes, ainda que sejam poucas as pesquisas científicas nessa área.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 13.409** de 28 de dezembro de 2016.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação, SEMTEC/PROEP. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Programa de Expansão da Educação Profissional. **Revista Educação Profissional: Formação e Qualificação para o Mercado de Trabalho**. Brasília. Dezembro, 1998.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298**, 20 dezembro de 1999. Propõe equiparação de oportunidades as pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2010
- BRASIL. Ministério da Educação, SEMTEC/PROEP. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / **Programa de Expansão da Educação Profissional**, 2001. Disponível em:<<http://redefederal.mec.gov.br>> Acesso em: 20 fev.2010
- BRASIL. Ministério da Educação, SEESP - Secretaria de Educação Especial: **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 tem por base as Diretrizes para a Educação Especial no Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez
- BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 jan.2011.
- BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 3 dez. 2009.
- BRASIL. **Portaria MEC/SETEC nº 29**, de 25 de fevereiro de 2010. Disciplina a forma de operacionalização da Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TEC NEP.
- BRASIL Ministério da Educação, SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Propostas de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2003.
- BRASIL Ministério da Educação, SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PROEP Seminário Educação Profissional: concepções, Experiências, Problemas e Propostas**. Anais. Brasília, 2003.

BRASIL Ministério da Educação, SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Subsídios para a discussão de proposta de anteprojeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica.** Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação, SEESP – Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais:** espaço para atendimento educação especializado. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação, SETEC - Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - **Programa TEC NEP** - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 2006.

COSTA, Gerline Maciel Almeida. **Núcleo de Atendimento aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE):** ações para a inclusão em uma instituição de ensino profissional do estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Alagoas, 2011.

IFAL. **Resolução Nº45/CS**, de 22 de dezembro de 2014 no Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROPOLI, Edilene Aparecida, et. al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar:** a escola comum inclusiva. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]. Universidade Estadual do Ceará, 2010.